

Publicação do Conselho Federal de Biblioteconomia/Conselhos Regionais de Biblioteconomia – CFB/CRB

DESAFIOS ALÉM DA BIBLIOTECONOMIA NA 18ª GESTÃO

PÁGINA 03

**ATUAÇÃO DE COMISSÕES
E GRUPOS DE TRABALHO**

PÁGINA 09

COMBATE ÀS FAKE NEWS

PÁGINA 22



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA
Nº 79 – ANO 14 – 18ª GESTÃO (2019/2021)

DIRETORIA

Presidente: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda - CRB-7/4166
| Vice-Presidente: Dalgiza Andrade Oliveria - CRB-6/1577
| Diretor Administrativo: Leonardo de Oliveira Cavalcante - CRB-15/662 | Diretora Técnica: Eliane Lourdes da Silva Moro - CRB-10/881 | Diretora Financeira: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque - CRB-15/001.

COMISSÕES PERMANENTES

CBEBP – Comissão de Bibliotecas Escolas e Públicas –
Eliane Lourdes da Silva Moro - CRB-10/881 (Coordenadora)
Maria Marta Sienna - CRB-9/759
Iole Costa Terso - CRB-5/1329.

CDV – Comissão de Divulgação e Valorização Profissional
– Alessandra Atti - CRB-8/6568 (Coordenadora de 2019 a 2020), Antonio Afonso Pereira Junior - CRB-6/2637 (coordenador 2021), Dalgiza Andrade Oliveria CRB-6/1577 e Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque CRB15/001.

CENF – Comissão de Ensino e Formação Profissional –
Maria das Mercês Apóstolo - CRB-8/5660 (Coordenadora) –
Maria da Glória Serra Pinto de Alencar - CRB-13/267 – Eliane Lourdes da Silva Moro - CRB-10/881.

CEP – Comissão de Ética Profissional – Telma Socorro Silva Sobrinho - CRB-2/668 (Coordenadora), Cristian José Oliveira Santos Brayner - CRB-1/1812, Maria das Mercês Pereira Apóstolo - CRB-8/5660.

CFI – Comissão de Fiscalização – Regina Lúcia Freitas Holanda - CRB-3/808 (Coordenadora), Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes - CRB-5/1353, Alessandra Atti - CRB-8/6568.

CLI – Comissão de Licitação – Cristian José Oliveira Santos Brayner - CRB-1/1812 (Coordenadora), Ailton Moreira da Rocha (Pregoeiro), Tatiana de Paula Martins de Souza (Autoridade competente).

CLN – Comissão de Legislação e Normas –
Cristian José Oliveira Santos Brayner - CRB-1/1812 (Coordenador)
Regina Lúcia Freitas Holanda - CRB-3/808
Iole Costa Terso - CRB-5/1329.

CTC – Comissão de Tomada de Contas – Maria Marta Sienna - CRB-9/759 (Coordenadora), Telma Socorro Silva Sobrinho - CRB-2/668, Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes - CRB-5/1353.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissão Temporária de Diversidade e Acessibilidade –
Cristian José Oliveira Santos Brayner - CRB-1/1812 (Coordenador)
Telma Socorro Silva Sobrinho - CRB-2/668
Maria da Glória Serra Pinto de Alencar - CRB-13/267.

Comissão Temporária de Gestão por Indicadores e Relatório para o TCU – Alessandra Atti CRB-8/6568, Antônio Afonso Pereira Junior CRB-6/2637, Regina Lúcia Freitas Holanda - CRB-3/808 (Coordenadora).

FUNCIONÁRIOS

Roberto Barros Cardoso – Gerente Executivo | Leonardo Pimentel Bueno – Assessor Jurídico | Ailton Moreira da Rocha – Auxiliar Administrativo | Tatiana de Paula Martins de Sousa – Assistente Administrativa.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB

SRTVN Ed. Brasília Rádio Center, salas 1079/2079,
CEP 70.719-900, Brasília-DF.
Telefones: (61) 3328-2896 / (61) 3328-2080
Fax (61)3328-2894.
www.cfb.org.br e cfb@cfb.org.br

BOLETIM DA BIBLIOTECONOMIA

Produção: Prefácio Comunicação | 31 3292 8660 |
www.prefacio.com.br.
Jornalista responsável: Ana Luiza Purri RJP 05523/MG.
Reportagem: Ana Cláudia Vieira RJP 16631/MG
Fotos: Divulgação CFB

PALAVRA DO PRESIDENTE



Divulgação/CFB

MARCOS LUIZ CAVALCANTI DE MIRANDA CRB-7/4166

PRESIDENTE

A 79ª edição do Boletim da Biblioteconomia tem um valor especial e simbólico ao configurar-se como um importante registro da memória da autarquia durante a transição da 18ª para a 19ª Gestão. A publicação é focada em fazer um balanço das ações desenvolvidas entre 2019 e 2021 - sendo não um relatório oficial, mas, sim, um resumo que inclui o cenário externo de atuação dos conselheiros e diretoria, além dos principais resultados alcançados.

Na primeira matéria, apresentamos um panorama geral dos pontos considerados como destaques para a Biblioteconomia e que receberam nossa atenção. Para tanto, contextualizamos os impactos da pandemia de coronavírus, anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, e também o cenário político nacional. Apesar das dificuldades geradas por ambas as questões, tivemos avanços, como os registrados na definição de padrões para estruturação e funcionamento das bibliotecas públicas, universitárias, escolares e digitais.

Em outra frente, destacamos a apresentação da Biblioteconomia no

legislativo brasileiro, um trabalho estratégico e necessário para garantir a criação e desenvolvimento de políticas públicas da área. Exemplo disso é o Projeto de [Lei do Senado \(PLS\) nº 28](#), de 11 de fevereiro de 2015, proposto por Cristovam Buarque, a que temos dedicado esforços, pleiteando sua retomada nas discussões do Senado.

Você vai conferir também, nessa matéria, como foi o desenvolvimento de três importantes obras que entram para o referencial da Biblioteconomia: “Bibliotecas Brasileiras Acessíveis: repertório bibliográfico”, [“#SomosTodosBibliotecaEscolar”](#) e “Ensino e Formação Profissional dos Cursos de Bacharelado em Biblioteconomia no Brasil” marcam os esforços do CFB em fundamentar cientificamente as discussões em torno dessas pautas.

Na segunda parte da nossa publicação, detalhamos o trabalho dedicado desenvolvido pelas comissões e pelos grupos de trabalho, que são importantes ferramentas para a concretização das ações em prol da Biblioteconomia em diferentes frentes, em consonância com demandas atuais. Assim, além de uma importante memória da autarquia, essa publicação ganha um papel didático de compartilhar com os bibliotecários e a sociedade como são os processos para a construção de uma Biblioteconomia cada vez mais alinhada às necessidades sociais.

Esperamos que apreciem nosso Boletim e convidamos a todos a contribuírem com as ações do Sistema CFB/CRB nessa nova fase.

Boa leitura!

18ª GESTÃO ENCERRA CICLO MARCADO POR DESAFIOS ALÉM DA BIBLIOTECONOMIA

Período exigiu resiliência dos conselheiros para dar andamento aos projetos e metas estabelecidos em meio a incertezas e dificuldades técnicas

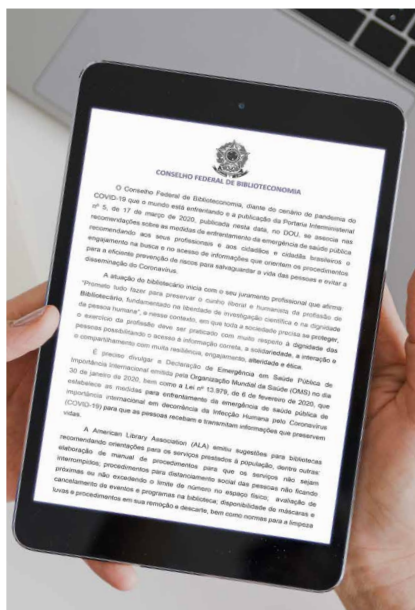
Freepik



Ao descrever a 18ª Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) – 2019 a 2021 – é necessário ter em conta a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), que forçou todos a reinventarem os próprios comportamentos e as formas de executar suas rotinas de trabalho. Além disso, o contexto político exigiu que os membros da autarquia federal tivessem maior “jogo de cintura”, seja para manter os avanços em prol da Biblioteconomia, seja para se posicionar frente a possíveis ameaças a direitos conquistados.

“O primeiro ano de gestão foi marcado por um cenário desfavorável ao desenvolvimento do conjunto de atividades profissionais, educacionais, culturais, científicas e tecnológicas, devido às instabilidades políticas e econômicas que assolaram o país. Por outro lado, situações antagônicas nos permitiram muitos momentos de reflexão acerca da importância dos conselhos profissionais para a sociedade e, como consequência, nos propiciaram ajustes necessários para o nosso fortalecimento”, pondera Marcos Miranda, que esteve à frente do Conselho no período.

Todas as tratativas foram, no entanto, interrompidas por um contexto ainda mais imprevisível: a pandemia anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020. Os profissionais da Biblioteconomia tiveram que repensar o atendimento à comunidade e, a partir das orientações das organizações de saúde nacionais, internacionais e da American Library Association (ALA), o CFB produziu um documento para orientar CRBs e bibliotecários sobre como prevenir a contaminação.



Documento produzido pelo o CFB orientou CRBs e bibliotecários sobre como prevenir a contaminação pelo novo coronavírus

Em suas próprias rotinas, os membros da 18ª Gestão foram obrigados a cancelar projetos, eventos, encontros e viagens. E até mesmo algumas ações rotineiras, como a fiscalização profissional, foram impactadas. “Só para se ter uma ideia, em 12 de

março de 2020 teríamos a comemoração do Dia do Bibliotecário na Câmara dos Deputados e, um dia antes, recebemos o comunicado de que o fato de alguns deputados terem se contaminado impediria a realização do evento. Em geral, ficamos impedidos de viajar e de comparecer à sede do CFB e, por essa razão, passamos a utilizar uma plataforma para fazer transmissões virtuais das reuniões da diretoria e das plenárias”, lembra Miranda.

Foi também no contexto da pandemia que o bibliotecário passou a desempenhar um papel fundamental ao auxiliar a sociedade no acesso a fontes de dados e informações confiáveis, uma forma de combater a enorme quantidade de *fake news* em circulação. “O cenário dos últimos anos nos levou a repensar a Biblioteconomia e as transformações pelas quais ela passa e como precisamos assumir o enfrentamento de velhos e novos desafios”, avalia o dirigente.



Presidente do CFB, Marcos Miranda, na última reunião plenária da 18ª Gestão, em 6 de dezembro

PADRÃO DE QUALIDADE DEFINIDO

O comprometimento de parte das atividades não impediu, entretanto, que muitas conquistas fossem viabilizadas, a exemplo das resoluções que orientam o funcionamento e a estruturação dos diferentes tipos de bibliotecas

brasileiras, considerando, inclusive, as premissas de acessibilidade. O trabalho de elaboração das normas foi iniciado ainda em 2019.

“Estabelecemos parâmetros para o funcionamento e a fiscalização dessas bibliotecas por meio de resoluções que, além de considerarem os fundamentos gerais e específicos da Bibliote-

conomia brasileira e internacional, respeitam os referenciais de acessibilidade para pessoas com deficiência”, explicou Miranda durante audiência pública sobre acessibilidade nas bibliotecas brasileiras, realizada 7 de dezembro, na Câmara dos Deputados. Confira a lista completa das resoluções na página 08.

DEFESA DA BIBLIOTECONOMIA



Print de reprodução feita pelo YouTube da Câmara dos Deputados

A deputada federal Rejane Dias requereu e conduziu audiência pública sobre acessibilidade nas bibliotecas brasileiras em resposta a um esforço do CFB sobre o tema

Se, por um lado, o principal papel do CFB é fiscalizar o exercício da profissão para garantir a plena prestação desse serviço à sociedade, por outro, cabe também à autarquia o acompanhamento das pautas que apoiem esse mesmo objetivo e a vigilância das discussões que possam colocar em risco a Biblioteconomia. Nesse sentido, foram realizadas audiências públicas,

reuniões com parlamentares e entidades da área, com destaque para os encontros com a Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura, da Biblioteca e da Escrita (presidida pela deputada Federal Bibliotecária Fernanda Melchiona) e a Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Profissionais (coordenada pelo deputado Federal professor Rogério Correia).

O CFB foi, ainda, protagonista na audiência pública sobre acessibilidade nas bibliotecas brasileiras, realizada no dia 7 de dezembro de 2021, na Câmara dos Deputados, requerida e conduzida pela deputada Rejane Dias, presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em resposta a um esforço do CFB. Na ocasião, Marcos Miranda falou

sobre a importância de se repensar e ampliar o papel das bibliotecas, considerando sua dimensão política e social. “Ao longo da história, coube às bibliotecas abrigarem o legado do conhecimento da humanidade. Hoje, dada a crescente democratização do acesso à informação e conhecimento, precisamos repensar esse papel, considerando sua dimensão política, enquanto lócus de interação social, intervenção e empreendimentos, permitindo o desenvolvimento e a in-

dependência do indivíduo por meio do acesso à informação.” [Confira a audiência na íntegra.](#)

POLÍTICA NACIONAL DE BIBLIOTECAS

Para viabilizar as ações em prol da acessibilidade nesses equipamentos, Miranda chamou atenção, para o Projeto de [Lei do Senado \(PLS\) nº 28](#), de 11 de fevereiro

de 2015, proposto por Cristovam Buarque, que estabelece uma política nacional de bibliotecas, considerando também ações de acessibilidade. Parado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado desde 2017, o projeto foi finalmente relatado em 2021 pelo senador José Aníbal. Como encaminhamento, a deputada Rejane Dias se prontificou a auxiliar na intermediação para avanço da discussão do texto.

REUNIÕES E EVENTOS ESTRATÉGICOS REALIZADOS PELA 18ª GESTÃO DO CFB

Reunião do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas



Da esquerda para a direita: o presidente do CFB, Marcos Miranda, o presidente do Conselho Federal de Administração (CFA) e coordenador do Fórum, Mauro Kreuz, e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Augusto Nardes, que proferiu palestra sobre Governança Pública

Reunião com a deputada Federal Rejane Dias sobre acessibilidade em bibliotecas



Da esquerda para a direita, os membros da Comissão de Diversidade e Acessibilidade (CDA) Cristian Brayner (coordenador), a vice-presidente do CFB, Dalgiza Andrade, a deputada Federal Rejane Dias e o presidente do CFB, Marcos Miranda

Audiência Pública sobre acessibilidade em bibliotecas, na Câmara dos Deputados



Os integrantes da Comissão de Diversidade e Acessibilidade (CDA), Cristian Brayner (Coordenador), Glória Alencar, Telma Sobrinho e o presidente do CFB, Marcos Miranda

Entrega da minuta do projeto de lei para registro dos técnicos (Foto 1) e dos licenciados em Biblioteconomia (Foto 2) nos CRBs



Na foto, o presidente do CFB, Marcos Miranda, e o deputado Federal Arlindo Chinaglia



Da esquerda para a direita, o coordenador da Comissão de Legislação e Normas (CLN) do CFB, Cristian Brayner, o deputado Federal Aécio Neves e o presidente do CFB, Marcos Miranda

Reunião do CFB com os coordenadores do BibEaD



Linha 1: Katia de Oliveira Rodrigues - UFBA, Angélica Miranda - FURG, Esther Lucky - UFF, Divino Ignácio - UDESC, Martha Cabral - ABECIN, Dayanne Prudêncio - UNIRIO, René Faustino UFRGS, Marcos Miranda - CFB, Paula Amorim - UFES, Andréa Santos - UFG, Telma de Carvalho - UFS

CONSOLIDAÇÃO DO BIBEAD

Resultado de um trabalho coletivo e horizontal, feito com auxílio de especialistas e professores de universidades federais e estaduais de todo o Brasil, o Curso Nacional de Bacharelado em Biblioteconomia, na modalidade a distância – o BibEAD – foi colocado em prática em 2020, em plena pandemia, demonstrando o acerto na elaboração desse projeto pedagógico, que se iniciou

em 2008. O BibEAD também atende à Lei nº 12.244, de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino por meio da presença e atuação do profissional bibliotecário em todas as unidades instaladas nas escolas no país.

Criado dentro do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) como resultado de uma parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB),

o curso foi objeto de uma longa discussão até ser lançado em 11 universidades federais. Você pode conferir a reportagem sobre esse trabalho na edição 78 do Boletim CFB. [Clique aqui.](#)

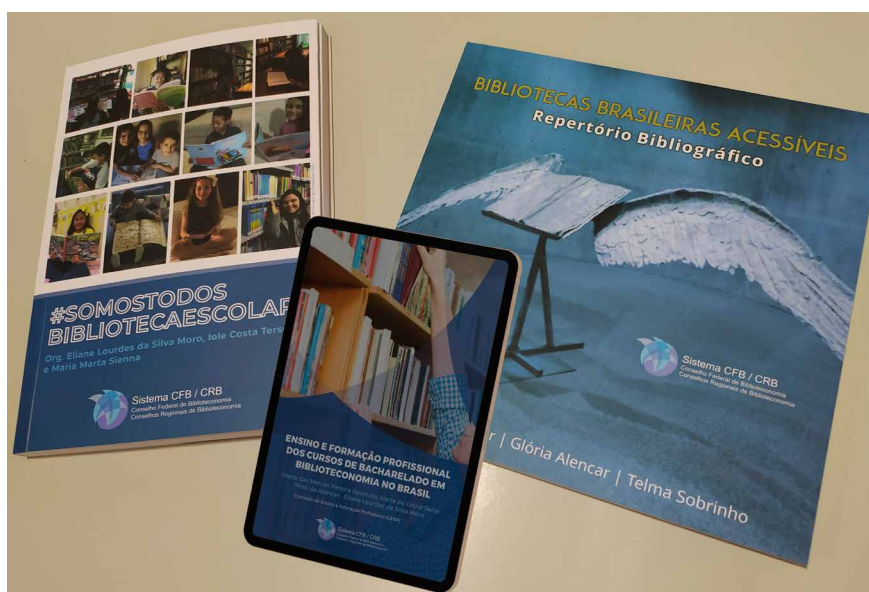
“É muito prazeroso saber que vamos conseguir com essas iniciativas chegar a um lugar diferente, promovendo a implantação de bibliotecas, proporcionando acesso à informação e à leitura em várias partes do interior do Brasil”, comemora Marcos Miranda, presidente do CFB.

OBRAS PUBLICADAS

Durante a 18ª Gestão do CFB foram produzidas publicações sobre temas relevantes para os bibliotecários e sociedade.

O livro “Bibliotecas Brasileiras Acessíveis: repertório bibliográfico”, organizado pela Comissão de Diversidade e Acessibilidade do CFB, reúne índices onomásticos e ideográficos sobre obras brasileiras que abordam os diferentes tipos de acessibilidades (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal), facilitando a localização desses temas e possibilitando, assim, o acesso às informações que fundamentam qualquer discussão proveitosa nesse sentido. “Nosso objetivo era evidenciar as obras nacionais que acumulam esses conhecimentos. Que essa obra possa contribuir com a acessibilidade por meio do acesso às fontes de informação ‘de’ e ‘sobre’ a temática”, comentou Miranda.

Por sua vez, o trabalho “#SomosTodosBibliotecaEscolar”, desenvolvido pela Comissão de Bi-



Livros lançados durante a 18ª Gestão são referenciais importantes para assuntos demandados atualmente

bliotecas Públicas e Escolares, é um repertório com publicações para preservar a memória das bibliotecas escolares na esfera do CFB.

Por fim, a publicação “Ensino e Formação Profissional dos Cursos de Bacharelado em Biblioteconomia no Brasil”, desenvolvida pela Comissão de Ensino e Formação Profissional (Cenf), traça o posicionamento dos cursos de

bacharelado em Biblioteconomia no universo dos cursos de graduação. “Esse trabalho rodeou-se de várias dificuldades, sendo a principal delas a falta de condições para a realização de discussões presenciais, restando as reuniões a distância. Apesar disso, o estudo chegou a um bom termo”, observou a coordenadora da Cenf, Maria das Mercês Pereira Apóstolo.

ACESSE AS RESOLUÇÕES PUBLICADAS ENTRE 2019 E 2021

2019

- [Resolução CFB 210/2019](#) – Aprova as Propostas Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2019 dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia da 3ª, 5ª e 7ª Região;
- [Resolução CFB 211/2019](#) – Aprova a Proposta Orçamentária do Exercício Financeiro de 2019 do Conselho Regional de Biblioteconomia da 4ª Região;
- [Resolução CFB 212/2019](#) – Aprova a Proposta Orçamentária do Exercício Financeiro de 2019 do Conselho Regional de Biblioteconomia da 5ª Região;
- [Resolução CFB 213/2019](#) – Dispõe sobre a campanha de conciliação de débitos anteriores ao exercício de 2019 e dá outras providências;
- [Resolução CFB 214/2019](#) – Dispõe sobre a campanha de conciliação de débitos anteriores ao exercício de 2019 e dá outras providências;
- [Resolução CFB 215/2019](#) – Dispõe sobre a fixação de valores de anuidade e taxas devidas aos conselhos regionais de Biblioteconomia para o exercício de 2020 e dá outras providências;
- [Resolução CFB 216/2019](#) – Dispõe sobre o processo eleitoral para eleições extraordinárias dos conselhos federal e regionais de Biblioteconomia;
- [Resolução CFB 217/2019](#) – Aprova a Proposta Orçamentária do Exercício Financeiro de 2020 do Conselho Federal de Biblioteconomia;
- [Resolução CFB 218/2019](#) – Aprova as Propostas Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2020 dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª e 15ª Região;

2020

- [Resolução CFB 219/2020](#) – Dispõe sobre a prorrogação do vencimento da anuidade devida aos conselhos regionais de Biblioteconomia para o exercício de 2020 e dá outras providências;
- [Resolução CFB 220/2020](#) – Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares;
- [Resolução CFB 221/2020](#) – Dispõe sobre as eleições dos conselhos regionais de Biblioteconomia e dá outras providências;
- [Resolução CFB 222/2020](#) – Institui, no âmbito do Sistema CFB/CRB, as Sessões Virtuais de Plenário e define os procedimentos a serem observados;
- [Resolução CFB 223/2020](#) – Altera o artigo 20 e o parágrafo único do Art. 80 da Resolução CFB nº 221, de 13 de maio de 2020;
- [Resolução CFB 224/2020](#) – Altera o artigo 3º da Resolução CFB nº 219, de 23 de março de 2020;

- [Resolução CFB 225/2020](#) – Altera a Resolução CFB nº 221, de 13 de maio de 2020, que dispõe sobre as eleições dos conselhos regionais de Biblioteconomia e dá outras providências;
- [Resolução CFB 226/2020](#) – Dispõe sobre a campanha de conciliação de débitos anteriores ao exercício de 2020 e dá outras providências;
- [Resolução CFB 227/2020](#) – Dispõe sobre a fixação de valores de anuidade e taxas devidas aos conselhos regionais de Biblioteconomia para o exercício de 2021, e dá outras providências;
- [Resolução CFB 228/2020](#) – Altera o parágrafo 1º do Art. 1º, da Resolução CFB nº 226, de 25 de setembro de 2020;
- [Resolução CFB 229/2020](#) – Dispõe sobre as eleições nos conselhos regionais de Biblioteconomia por meio da internet;
- [Resolução CFB 230/2020](#) – Autoriza o Conselho Regional de Biblioteconomia da 11ª Região a proceder segunda chamada para eleição regional;
- [Resolução CFB 231/2020](#) – Homologa as eleições ocorridas nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 13ª, 14ª e 15ª Região;
- [Resolução CFB 232/2020](#) – Aprova a Proposta Orçamentária do Exercício Financeiro de 2021, do Conselho Federal de Biblioteconomia;
- [Resolução CFB 233/2020](#) – Aprova as Propostas Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2021, dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia da 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 13ª, 14ª e 15ª Região;

2021

- [Resolução CFB 234/2021](#) – Altera a Resolução 227, de 25 de setembro de 2020, que trata da anuidade e das taxas devidas aos conselhos regionais de Biblioteconomia para o exercício de 2021;
- [Resolução CFB 235/2021](#) – Aprova a Proposta Orçamentária do Exercício Financeiro de 2021 do Conselho Regional de Biblioteconomia da 4ª Região;
- [Resolução CFB 236/2021](#) – Aprova a Proposta Orçamentária do Exercício Financeiro de 2021 do Conselho Regional de Biblioteconomia da 11ª Região;
- [Resolução CFB 237/2021](#) – Procedimentos contábeis;
- [Resolução CFB 238/2021](#) – Campanha conciliação 2021;
- [Resolução CFB 239/2021](#) – Eleições CFB;
- [Resolução CFB 240/2021](#) – Parâmetros Bibliotecas Digitais;
- [Resolução CFB 241/2021](#) – Julgamento virtual Sistema CFB/CRB;
- [Resolução CFB 242/2021](#) – Anuidades 2022;
- [Resolução CFB 244/2021](#) – Protocolo de Biossegurança;
- [Resolução CFB 245/2021](#) – Parâmetros Biblioteca Pública;
- [Resolução CFB 246/2021](#) – Parâmetros Biblioteca Universitária;
- [Resolução CFB 247/2021](#) – Proposta orçamentária CFB 2022;
- [Resolução CFB 248/2021](#) – Proposta orçamentária CRB 2022.

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO MATERIALIZAM AÇÕES EM PROL DA BIBLIOTECONOMIA



Comissões e Grupos de Trabalho apresentaram balanço das ações durante a última reunião da 18ª Gestão, entre os dias 5 e 6 de dezembro de 2021

Exemplo de trabalho coletivo e colaborativo, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) tem, por meio dos grupos de trabalho e das comissões temporárias e permanentes, a concretização das ações em prol da Biblioteconomia em diferentes frentes, em consonância com demandas atuais.

As comissões permanentes e temporárias são compostas por três conselheiros eleitos pelo plenário. Cada uma elege, por

maioria de votos, o seu coordenador. Na falta ou impedimento de qualquer membro das comissões, o presidente do CFB designará substituto *ad hoc* escolhido dentre os conselheiros.

Já os grupos de trabalho (GT) são órgãos de apoio técnico, criados pelo presidente do CFB com a finalidade de desenvolver trabalhos específicos, de natureza transitória ou não. Eles são compostos por, no mínimo, três membros,

sendo um deles um conselheiro efetivo, obrigatoriamente.

Os GTs podem também ser formados para reunir especialistas e pessoas de diferentes áreas, setores, órgãos, entidades e com diferentes pontos de vista para avaliar questões e chegar à solução mais satisfatória e completa possível. Eles são, por isso, muito utilizados na produção de soluções para problemas nacionais diversos e na construção de políticas públicas.

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS (CLN)

- Cristian José Oliveira Santos Brayner – CRB-1/1812 (Coordenador)
- Regina Lúcia Freitas Holanda – CRB-3/808
- Iole Costa Terso – CRB-5/1329

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL (CDV)

- Antônio Afonso Pereira Junior – CRB-6/2637 (Coordenador)
- Dalgiza Andrade Oliveira CRB-6/1577
- Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque – CRB-15/001

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (CTC)

- Maria Marta Sienna – CRB-9/759 (Coordenadora)
- Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668
- Patricia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353

COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL (CEP)

- Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668 (Coordenadora)
- Cristian José Oliveira Santos Brayner – CRB-1/1812
- Maria das Mercês Apóstolo – CRB-8/5660

COMISSÃO DE LICITAÇÃO (CLI)

- Cristian José Oliveira Santos Brayner – CRB-1/1812 (Coordenador)
- Ailton Moreira da Rocha (Pregoeiro)
- Tatiana de Paula Martins de Souza (Autoridade Competente)

COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (CENF)

- Maria das Mercês Apóstolo – CRB-8/5660 (Coordenadora)
- Maria da Glória Serra Pinto de Alencar – CRB-13/267
- Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881

COMISSÃO BIBLIOTECA ESCOLARES E PÚBLICAS (CBEP)

- Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881 (Coordenadora)
- Maria Marta Sienna – CRB-9/759
- Iole Costa Terso – CRB-5/1329

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO (CFI)

- Regina Lúcia Freitas Holanda – CRB-3/808 (Coordenadora)
- Patricia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB-5/1353
- Alessandra Atti – CRB-8/6568

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – CPAD

- Leonardo de Oliveira Cavalcante – CRB-15/662 (Coordenador)
- Eliane Lourdes da Silva Moro – CRB-10/881
- Ailton Moreira da Rocha

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE

- Cristian José Oliveira Santos Brayner – CRB-1/1812 (Coordenador)
- Telma Socorro Silva Sobrinho – CRB-2/668
- Maria da Glória Serra Pinto de Alencar – CRB-13/267

COMISSÃO TEMPORÁRIA DE GESTÃO POR INDICADORES E RELATÓRIO PARA O TCU

- Alessandra Atti – CRB-8/6568
- Antônio Afonso Pereira Junior – CRB-6/2637
- Regina Lucia Freitas Holanda – CRB-3/808 (Coordenadora).

GRUPOS DE TRABALHO

- Grupo de Trabalho para Estudo da Implantação do Sistema de Informação Eletrônica (Sei).
- Grupo de Trabalho Parlamentar.
- Grupo de Trabalho Bibliotecas Universitárias.
- Grupo de Trabalho Patrimônio Bibliográfico-Documental.

CONFIRA A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

A Comissão de Legislação e Normas (CLN), formada pelo coordenador Cristian Brayner e por Iole Terso e Regina Holanda, é responsável pela elaboração e revisão de resoluções e pelo acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional de pautas específicas sobre Biblioteconomia.

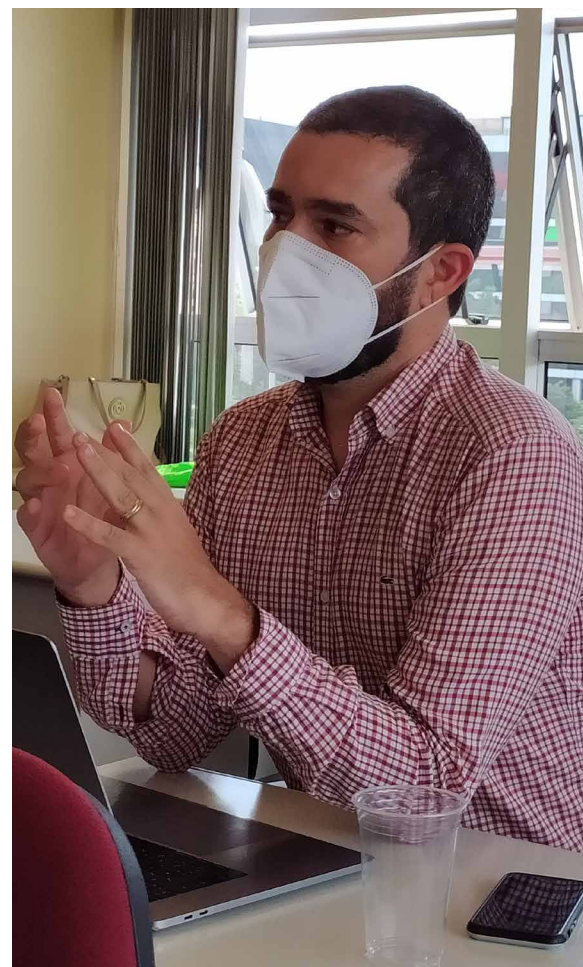
Desde o início da gestão, uma das prioridades da CLN foi a elaboração de resoluções que criassem parâmetros para as principais tipologias usadas em bibliotecas. Aliás, essa era uma demanda antiga da categoria. “Em um país em que muitas bibliotecas são criadas e mantidas à base do amadorismo, um conjunto mínimo de quesitos qualitativos tende a ser uma ferramenta poderosa junto às autoridades”, pontua Brayner.

Outra ação prioritária e executada pela comissão foi a ampla discussão entre bibliotecários, escolas de Biblioteconomia e técnicos da área antes que fossem editadas resoluções que traziam impacto direto no funcionamento das bibliotecas. Em três anos, a CLN minutou 33 resoluções, ou seja, quase uma por mês. Entre elas está a que criou parâmetros de estruturação e de funcionamento das bibliotecas públicas, digitais e universitárias.

Além disso, a CLN coordenou o trabalho de atualização do Decreto nº 56.725, que regulamenta a Lei nº 4.084/62 e trata sobre o exercício da profissão de bibliotecário. “Reiteramos que estas e tantas outras ações foram resultantes de um trabalho coletivo, envolvendo os conselhos regionais, bibliotecários e professores de Biblioteconomia de diversas instituições”, frisa Brayner. A Comissão ainda atuou nas minutas dos projetos de lei que regulamentam a profissão de Licenciado em Biblioteconomia e revisa a Lei do Técnico em Biblioteconomia.

E, vivenciando as transformações trazidas pela pandemia de Covid-19, as reuniões virtuais antes esporádicas passaram a ser rotineiras. “Isso permitiu que os membros da CLN se reunissem semanalmente, produzindo mais e com maior qualidade”, ressaltou o coordenador. Outra importante ação foi a realização de um *workshop* virtual reunindo integrantes dos 14 conselhos regionais de Biblioteconomia.

Sobre a nova diretoria do CFB, Brayner acredita que ainda há muitos desafios. “Acreditamos que a normalização de tipologias de bibliotecas e do processo fiscalizatório devem continuar merecendo particular atenção. Além disso, deve ser dada a continuidade ao processo de revisão do repositório normativo”, exemplifica o coordenador da CNL.



Coordenador da Comissão de Legislação e Normas (CLN) Cristian Brayner

Para ele, atuar na Comissão foi uma grande oportunidade de desenvolver o que chamou de “escuta ativa”, com um diálogo eficiente em um espaço de respeito às demandas dos bibliotecários. E completa: “empatia e imparcialidade foram extremamente necessárias em um cenário de transformações como o qual vivemos”.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Em um balanço bastante positivo feito pelo pregoeiro e integrante da Comissão de Licitação (CLI) Ailton Moreira da Rocha, observa-se que todas as demandas de licitação colocadas em prática pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) foram atendidas na gestão 2019/2021. A comissão conta com a coordenação de Cristian Brayner e com a participação da autoridade competente Tatiana de Paula Martins de Souza.

Nos últimos três anos, a CLI atuou de forma eficiente em uma das modalidades clássicas de licitação, o Pregão Eletrônico, opção adotada pelo CFB na atual gestão. Para o pregoeiro responsável, um dos pontos altos foi conseguir atender de forma célere às demandas apresentadas. Na avaliação do integrante da CLI, o desenvolvimento



Pregoeiro e integrante da Comissão de Licitação (CLI) Ailton Moreira da Rocha

de trabalhos remotamente durante o período da pandemia ocorreu de forma tranquila.

Com relação às questões prioritárias que devem ser abraçadas pela nova diretoria do CFB, Ailton Rocha reforça a atenção às demandas da CLI para que o aten-

dimento continue sendo rápido para o bom andamento dos trabalhos. Ele deixou um recado para os integrantes da próxima Comissão: “É bom que tenhamos sempre tempo para analisar os editais criteriosamente e acompanhar todo o processo de licitação”.

COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL

“Fazer o trabalho da Comissão de Ética Profissional (CEP) é sempre espinhoso, pois nos deparamos com os ‘fantasmas’ que rondam nossa compreensão de senso de justiça, que pode ser diferenciado entre as pessoas”. Assim a coordenadora da CEP, Telma Socorro Silva Sobrinho, pondera sobre o trabalho desenvolvido, junto aos também integrantes, Cristian Brayner e Maria das Mercês Apóstolo.

O trabalho no âmbito da CEP é sigiloso, uma vez que é preciso proteger a moral dos que passam por um processo de avaliação ética, de forma que não sejam julgados antes da apuração dos fatos. Na análise, uma

série de procedimentos é adotada, orientada pelas Resoluções do Sistema que regem as questões éticas ligadas à profissão.

A coordenadora da Comissão recomendou que a próxima gestão tenha como prioridade a reformulação das resoluções que orientam quanto aos procedimentos para condução de processos éticos, bem como atualizar as atividades no Manual de Gestão. “Nunca se intimidem pela incompreensão dos colegas a respeito da sua atuação como membro da Comissão de Ética. Um bom conselheiro, para estar na CEP, tem que agir com serenidade. Julgar um colega é uma tarefa desconfortável, mas alguém precisa fazê-lo, para que a apuração dos fatos resulte numa posição adequada do plenário do CFB.”



Coordenadora da CEP Telma Socorro Silva Sobrinho



*Bibliotecários
fiscais visitaram
89 municípios e
567 instituições.”*

*Da esquerda para a
direita, Alessandra Atti,
Regina Lucia Freitas
Holanda e Patrícia
Verônica Nascimento
Dias Fernandes,
integrantes da Comissão
de Fiscalização (CFIS)*

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Os *workshops* de fiscalização on-line foram os grandes destaques do trabalho da Comissão de Fiscalização (CFIS) nos três anos da 18ª Gestão/CRB. Adaptação foi a palavra-chave, ainda mais para a Comissão responsável por regular, orientar e supervisionar o processo fiscalizatório realizado pelos conselhos regionais de Biblioteconomia (CRBs). Além disso, a Comissão é responsável por atualizar o manual de fiscalização do sistema CFB/CRB; organizar treinamentos para integrantes das CFIs e bibliotecários-fiscais; estudar e sugerir alterações aos procedimentos de fiscalização

à CLN e coordenar e avaliar os projetos do Programa de Apoio à Fiscalização (Pafis).

A Comissão é composta por Regina Lucia Freitas Holanda, Alessandra Atti e Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes e teve várias realizações. Em 2019, no primeiro ano de gestão, o colegiado organizou o III Encontro de Fiscalização. Com a pandemia de Covid-19, dois grandes eventos foram promovidos de forma on-line: I *Workshop* das Comissões de Fiscalização do Sistema CFB/CRB, com participação ativa de todas as comissões regionais, e o V Encontro de Fiscalização.

Em outra frente, a Comissão desenvolveu o Pafis para apoiar a fiscalização do Sistema CFB/

CRB com recurso destinado exclusivamente para a atividade.

Com a pandemia, que decretou o fechamento de bibliotecas escolares, universitárias, públicas e demais centros de documentação com espaço físico, as atividades de fiscalização ficaram bastante prejudicadas. Portanto, entre os 30 projetos aprovados para a 18ª Gestão, somente os de 2019 foram executados, conforme o balanço de 9 de novembro de 2021. Os bibliotecários-fiscais visitaram 89 municípios e 567 instituições.

A coordenadora da CFIS Regina, em nome das demais conselheiras, deseja que a nova gestão tenha muito sucesso e bons caminhos trilhados.

COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No início da 18ª Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), a Comissão de Ensino e Formação Profissional (Cenf) traçou metas audaciosas. Não podia ser diferente. Contudo, diante da pandemia e da realização de atividades a distância, algumas dessas metas foram revistas por serem afetadas diretamente pela impossibilidade do trabalho presencial e de sua realização on-line. Foi só uma mudança de rota, mas houve muito trabalho da equipe.

A Cenf, constituída pela coordenadora Maria das Mercês Apóstolo e pelas conselheiras Maria da Glória Serra Pinto de Alencar e Eliane Lourdes da Silva Moro, trabalhou muito em prol dos bibliotecários. Durante os três anos, a Comissão concentrou-se, assim, na elaboração do estudo cujo relatório foi publicado como livro intitulado “Análise dos cursos de Biblioteconomia no Brasil”, que teve como objetivo principal desenhar um posicionamento do Bacharelado em Biblioteconomia no universo dos cursos de graduação de todo o país. “Foram feitas reuniões a distância e, com certeza, conseguimos chegar a um bom termo”, explicou a coordenadora do órgão colegiado.

Outra atividade planejada era a construção de um banco de dados dos cursos de Biblioteconomia presenciais e Ensino a Distância (EAD) por estado. Diante das dificuldades tecnológicas, foi realizado um primeiro cadastramento em planilha de Excel. Quanto à realização do



Da esquerda para a direita, Maria das Mercês Apóstolo, Maria da Glória Serra Pinto de Alencar e Eliane Lourdes da Silva Moro, integrantes da Cenf

mapeamento sobre a presença de disciplinas ou de conteúdos relacionados a temas como ética, libras, acessibilidade, educação para a diversidade, meio ambiente e conteúdos étnico-raciais nos cursos de Biblioteconomia, verificou-se a ausência dessas disciplinas nos projetos pedagógicos analisados, impossibilitando o mapeamento previsto.

Portanto, conforme acredita Maria das Mercês, esse mapeamento pode ser abraçado como uma das prioridades da nova gestão que assume o CFB, já que foi um bom trabalho iniciado e que precisa de continuidade. Entre

outras atividades realizadas pelo CENF está a elaboração de seis pareceres sobre assuntos de relevância para a Biblioteconomia.

“A Comissão de Ensino Profissional da 18ª Gestão do CFB deseja aos colegas conselheiros, que tomarão posse em janeiro, uma gestão muito produtiva, harmoniosa e cheia de realizações. O trabalho é grande e, às vezes, difícil, mas traz a satisfação do dever cumprido com a categoria e a sociedade. Uma ótima gestão aos companheiros da 19ª Gestão!” Esta é a mensagem da coordenadora da CENF, em nome das demais conselheiras.

COMISSÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS

Em 2020, a Lei nº 12.244, que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, completou dez anos com muitos desafios para ser colocada em prática. Foi no contexto de muitas discussões que a Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas (CBEP) trabalhou em prol da Biblioteconomia. O colegiado acompanhou bem de perto a tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei (PL) que altera a Lei nº 12.244 e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

Entre 2019 e 2020, a CBEP dedicou-se, entre outras atividades, ao diálogo participativo com a sociedade a partir das publicações de textos versando sobre bibliotecas escolares nos Boletins Informativos e também no site do CFB. Com a pandemia, os textos e artigos das integrantes da Comissão foram responsáveis por fomentar as discussões. Formada pela coordenadora Eliane Lourdes da Silva Moro e as conselheiras Maria Marta Sienna e Ione Costa Terso, a CBEP produziu, entre outros artigos, “#Somostodosbibliotecaescolar: as Políticas Públicas e as Bibliotecas Escolares” e “Biblioteca Escolar: um espaço por excelência para práticas de ensino e aprendizagem”. “Foi um período produtivo e de reflexões”, explicou a coordenadora.

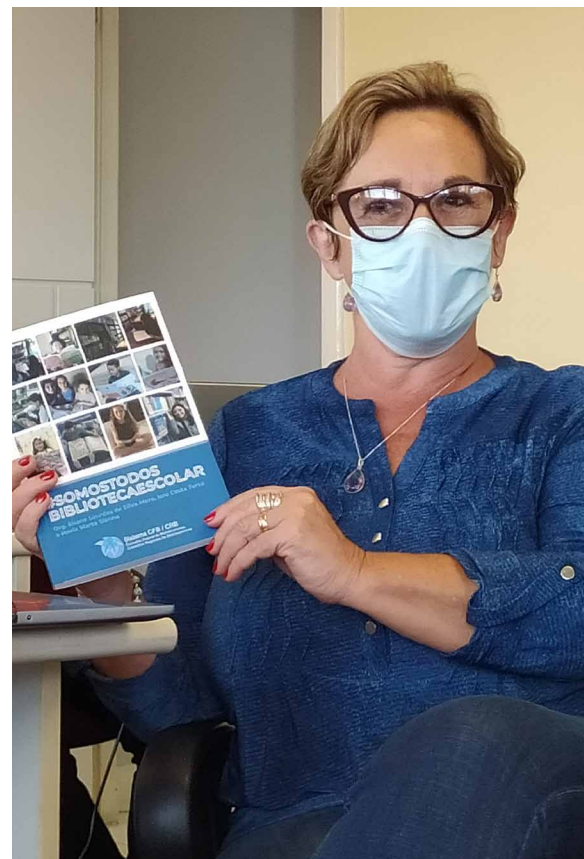
Em 2021, uma das ações foi a fiscalização ao cumprimento da Lei nº 12.244. Foram feitas reuniões no Ministério da Cultura com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNPB) para a elaboração

de um cronograma, mas houve problemas. A mudança da gestão federal alterou a dependência e jurisdição administrativa do SNPB, levando ao não atendimento pleno das determinações. Porém, as conselheiras Eliane e Marta participam do Grupo de Trabalho de Bibliotecas Públicas (GT-BP) e as discussões prosseguem. Houve avanços, como a elaboração da Minuta de Resolução dos Parâmetros para Bibliotecas Públicas do país, resultando na Resolução CFB nº 243, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a estruturação e o funcionamento dessas bibliotecas.

As integrantes da CBEP também participaram de vários eventos nacionais e regionais nos formatos presencial e virtual. Um deles foi o Curso de Extensão Conexões de Leitura na Biblioteca Escolar, na modalidade de Educação Aberta e a Distância (EAD). Outro sucesso foram as lives produzidas pela CBPE.

Houve outras ações relacionadas ao poder público e que demonstram a importância do Sistema CFB/CRB. No dia 26 de novembro de 2021, a conselheira Maria Marta participou da audiência pública on-line da Câmara dos Deputados que discutiu “As estratégias para a formação de leitores a partir da legislação existente e formas de fiscalizar a sua execução”.

A coordenadora Eliane deixa uma mensagem aos novos integrantes da comissão. “Desejamos uma gestão profícua à Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas. As metas preconizam o trabalho de significativa importância sobre as bibliotecas escolares e as



A coordenadora Eliane Moro apresentou o livro “#Somostodosbibliotecaescolar” durante a última reunião plenária da 18ª gestão, no dia 6 de dezembro de 2021

bibliotecas públicas que oferecem serviços de acesso à informação, ao conhecimento e à aprendizagem por meio da mediação da leitura, da pesquisa escolar e das ações culturais à sociedade brasileira. Além disso, a inclusão social e informacional, a acessibilidade e o exercício da cidadania estão presentes nos espaços físicos e virtuais das bibliotecas escolares e públicas. Construímos a Resolução das Bibliotecas Públicas contendo os seus parâmetros e publicamos o livro “#somostodosbibliotecaescolar” como legado de continuidade aos trabalhos da CBEP que assume nesta 19ª Gestão. Bom trabalho!”

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

A gestão da informação presente em livros e documentos está no âmago do trabalho do bibliotecário. Nada mais lógico, então, do que a gestão dos documentos criados pelo próprio Sistema CFB/CRB seja prioritária e coordenada por uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD). Na 18ª Gestão, a principal meta era instituir CPADs em todo o sistema CFB/CRB. Mesmo em um período adverso como o da pandemia, a meta foi cumprida e comemorada por toda a equipe, que é coordenada por Leonardo de Oliveira Cavalcante e tem como conselheiros Eliane Lourdes da Silva Moro e Aiton Moreira da Rocha.

Para o coordenador, o “espírito coletivo, paciência e resiliência” foram fundamentais para o trabalho de toda a diretoria da 18ª Gestão. Ele ressalta que a CPAD teve que revisar as metas traçadas, assim como todas as comissões, mas isso não representou esmorecimento do trabalho. “Os resultados foram inúmeros, mesmo diante de uma pandemia em que o mundo quase parou. Nos esforçamos para trazer os melhores resultados”, esclareceu Leonardo.

Ele lembra que a CPAD tem como principal atividade realizar a gestão documental, conforme os atos normativos do Arquivo Nacional, reunir periodicamente com as respectivas comissões dos conselhos regionais a cada dois meses para realizar o planejamento e acompanhamento das atividades no âmbito de todo o sistema da Biblioteconomia. Foi



Leonardo de Oliveira Cavalcante coordenador da CPAD

preciso se adaptar, já que reuniões presenciais periódicas fazem parte da atividade principal da respectiva Comissão. “As metas continuaram e, com a pandemia, tivemos que mudar toda a forma trabalho que antes era realizado de forma presencial tivemos que adequar ao formato remoto”, explicou o coordenador.

Além da criação das CPADs em todos os conselhos regionais, outros projetos foram cumpridos e comemorados. Um deles foi o diagnóstico da chamada massa documental de todo o CFB, ou seja, foi realizado o minucioso trabalho de se saber toda a documentação sob a guarda do Conselho. Na esteira dessa meta cumprida pela CPAD, foi comprada a sala para ampliação do arquivo do Conselho. A massa documental já não cabia mais no espaço atual e essa aquisição era primordial.

Outra importante ação foram os dois encontros em formato virtual realizado com as CPADs dos conselhos regionais para alinhamento das atividades. Eles tiveram boas discussões e ideias para a Biblioteconomia.

“Boas-vindas e muito sucesso para a nova diretoria”. Esta foi a mensagem do coordenador da Comissão para a 19ª Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia.



Nos esforçamos para trazer os melhores resultados.”

COMISSÃO DE DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE

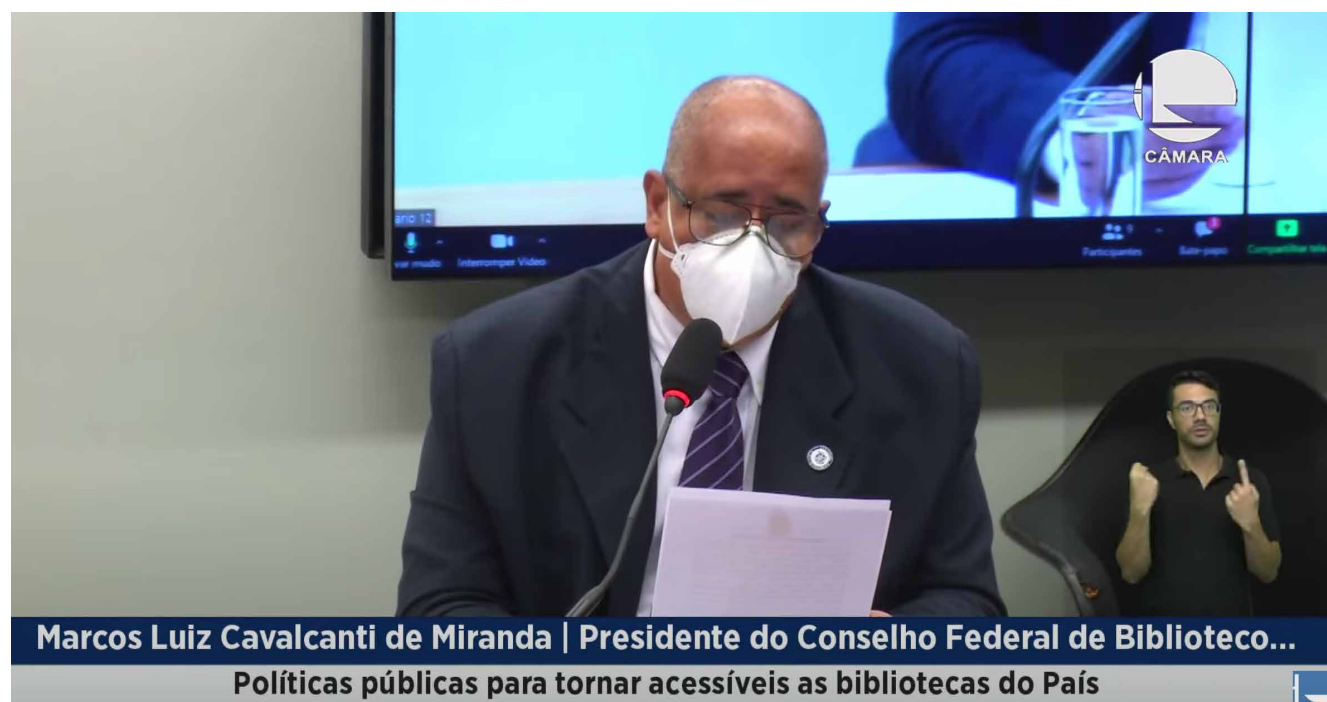
“Nenhum de nós, membros da Comissão de Diversidade e Acessibilidade (CDA), somos deficientes. Portanto, foi incrível e desafiador mapear as fontes”. O relato é do coordenador da CDA, Cristian Brayner, que, juntamente com as conselheiras Maria da Glória Alencar e Telma Socorro Sobrinho, encararam o desafio de colocar em prática os objetivos da Portaria 16 CFB nº 34/2014, que criou a Comissão. Os objetivos traçados no início da gestão eram publicar um repertório bibliográfico sobre acessibilidade nas bibliotecas do país e estreitar laços com o parlamento no sentido de fomentar a discussão sobre o tema. Ambos foram cumpridos. O coordenador comemora: “publicar a obra ‘Bibliotecas Brasileiras Acessíveis: repertório bibliográfico’, além

de ter sido um gesto corajoso, manifesta o respeito pelos que nos precederam. Afinal, o projeto em questão foi ambicionado pelos colegas da 17ª Gestão”. Ele aproveita para defender a continuidade às ações. “É preciso adotar estratégias dialógicas que garantam o avanço em relação aos três objetivos da CDA. Isso pode se dar tanto por meio de novas publicações quanto pelo estreitamento de laços com o poder público”, afirma.

Questionado sobre os desafios impostos pela pandemia, Brayner observa que o trabalho virtual acabou potencializando o esforço da Comissão. Ele ressalta também que, a pedido da Comissão e por deliberação do Plenário do CFB, o órgão colegiado passou a se chamar Comissão de Diversidade e Acessibilidade. “Esta alteração enfatiza que todos os produtos, serviços, equipamentos, estratégias, dispositivos, recursos, meto-

dologias e práticas que objetivem promover a acessibilidade em qualquer uma das dimensões brota da diversidade. Esta é premissa, aquela é resultado. Ressaltamos que, para o bibliotecário brasileiro, cuja profissão tem natureza sociocultural, atentar-se para a diversidade é condição ‘sine qua non’ para a garantia indiscriminada do acesso aos serviços de informação (Código de Ética e Deontologia, art. 2º)”, explica.

Em nome da sua equipe, Brayner também faz questão de deixar uma mensagem para os próximos conselheiros da CDA: “valorem a diversidade, dentro e fora do CFB. Afinal, a distância abissal entre anseio e realidade em termos de acessibilidade só pode ser mitigada com a valorização da diversidade (...) Lutem, portanto, pela visibilidade e, se possível, lutem juntos, com outros atores e entidades, respeitando a natureza normativa do CFB”.



A obra “Bibliotecas Brasileiras Acessíveis: repertório bibliográfico” foi apresentada durante audiência pública na Câmara das Deputados

Print de reprodução feita pelo YouTube da Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

“Desenvolver os trabalhos da Comissão de Tomadas de Contas (CTC) remotamente foi desafiador, haja vista a complexidade de análise das peças que compõem as prestações de contas que chegam ao grupo. Além do que, o uso excessivo dos recursos eletrônicos de comunicação trouxe o desafio de se ter uma conexão estável. O que fica de ensinamento é que, quando se quer fazer um trabalho de excelência, as dificuldades são superadas pelo desempenho da equipe. E isso foi feito mesmo em meio à pandemia”. A análise é da coordenadora da Comissão de Tomada de Contas (CTC), Maria Marta Sienna, em seu balanço da 18ª Gestão 2019/2021.

Foram três anos de muito trabalho. A pandemia impôs à CTC – composta também pelas conselheiras Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes e Telma Socorro Silva Sobrinho – a realização do trabalho em tempo recorde, devido à paralisação em 2020: foram analisados e aprovados 359 processos somente em 2021 – número muito superior à média de 210 verificações feitas normalmente a cada ano. Coube ainda à CTC realizar estudos em conjunto com a Assessoria Contábil e a Diretoria Financeira sobre a Resolução que dispõe sobre os processos de prestação de contas, que culminaram na nova Resolução CFB nº 237/2021.

Dentre outras ações desenvolvidas, a revisão do Manual de Gestão, no que se refere às Prestações de Contas; a realização de dois encontros on-line com



Maria Marta Sienna, Telma Sobrinho e Patrícia Fernandes, integrantes da CTC

os conselhos regionais e, até novembro, 15 reuniões com os integrantes da Comissão – 11 on-line e quatro presenciais –, também se destacaram.

ATUAÇÃO AMPLA

São múltiplas as competências da Comissão. Dentre elas, realizar, em caráter permanente, a fiscalização interna nos conselhos; verificar se foram recebidos os recursos financeiros devidos, especialmente a cota-parte; fiscalizar, periodicamente, os serviços da Diretoria Financeira e Contabilidade; examinar os comprovantes de despesas pagas no que diz respeito à validade das autorizações e à idoneidade dos documentos fiscais e quitações respectivas.

A coordenadora do CTC acredita que o caminho está pavimentado para que a nova diretoria dê continuidade ao trabalho realizado. “A CTC se esforçou para deixar tudo encaminhado, de modo a evitar tropeços futuros. Sempre

deve ser lembrado que a análise de documentos está sujeita ao imperativo de prazo, que deve ser rigorosamente cumprido”, explica Maria Marta.

Ela considera que a contribuição dada pela equipe da CTC para a Biblioteconomia foi um motivo de prazer. “Foi gratificante ter ampliado a percepção do funcionamento do Conselho enquanto autarquia, que precisa respeitar os órgãos públicos a quem devemos prestar contas”, acrescenta a coordenadora.

Para a próxima CTC, Maria Marta deixa a seguinte mensagem: “tenha a percepção de que somos um Sistema CFB/CRB e que o trabalho de equipe, além da troca de conhecimento, possibilita o cumprimento, com mais agilidade, das metas propostas em atendimento às exigências dos órgãos de controle interno e externo. Precisaremos sempre uns dos outros para desenvolver um trabalho de excelência tanto no Conselho Federal quanto nos conselhos regionais.”

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

“Ter uma atuação bastante ativa nas redes sociais e divulgar uma agenda positiva da Biblioteconomia foram as metas definidas no início da 18ª Gestão/CFB para a Comissão de Divulgação Valorização Profissional (CDV), que tem como grande objetivo dar publicidade às ações desenvolvidas pelo sistema CFB/CRB e divulgar conteúdos sobre a Biblioteconomia no Brasil e no mundo.

Com uma produção de conteúdo focada na qualidade, as metas foram colocadas em prática resultando no crescimento de seguidores nas redes sociais nos últimos três anos. No Facebook, por exemplo, o número de seguidores saltou de 11.125 mil, registrados em janeiro de 2020, para 20.764, em dezembro de 2021. No Instagram, somente nos últimos cinco meses foram cerca de 500 novos seguidores orgânicos, uma média de 100 por mês, valor bastante relevante para o perfil de uma autarquia federal. Além disso, o ambiente digi-

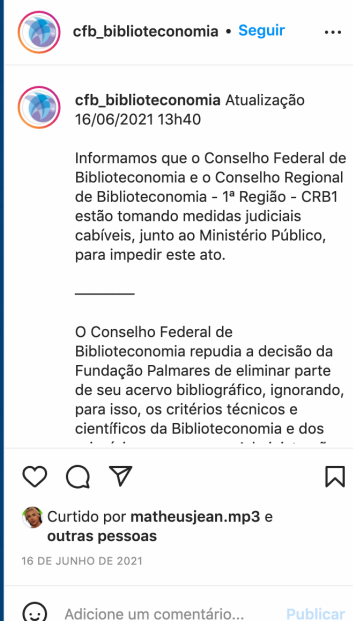


1752 interações no Instagram e 2.824 no Facebook (incluindo aquelas feitas nos compartilhamentos)
7.799 contas alcançadas no Instagram e 40.316 no Facebook
510 compartilhamentos no Instagram e 476 no Facebook

tal do CFB ampliou os canais de comunicação ao incorporar LinkedIn e o Twitter - redes onde foram publicados artigos de bibliotecários e debatidas questões importantes para toda a área.

A pandemia do novo coronavírus ampliou a necessidade de comunicação digital. Para o

coordenador da Comissão, Antônio Afonso, foi um período de descobertas e muito conhecimento. “Na verdade, foi um grande aprendizado para todos nós. Percebemos que as barreiras de distância caíram de vez. Esta vida digital cresceu mais ainda na pandemia”, destacou.



ALGUNS NÚMEROS GERADOS PELAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO:



20,1 MIL
CURTIDAS NO FACEBOOK



20,7 MIL
SEGUIDORES NO FACEBOOK



MAIS DE 1.100 POSTS
PUBLICADOS NO FACEBOOK



6 MIL
SEGUIDORES NO INSTAGRAM



288
SEGUIDORES NO LINKEDIN



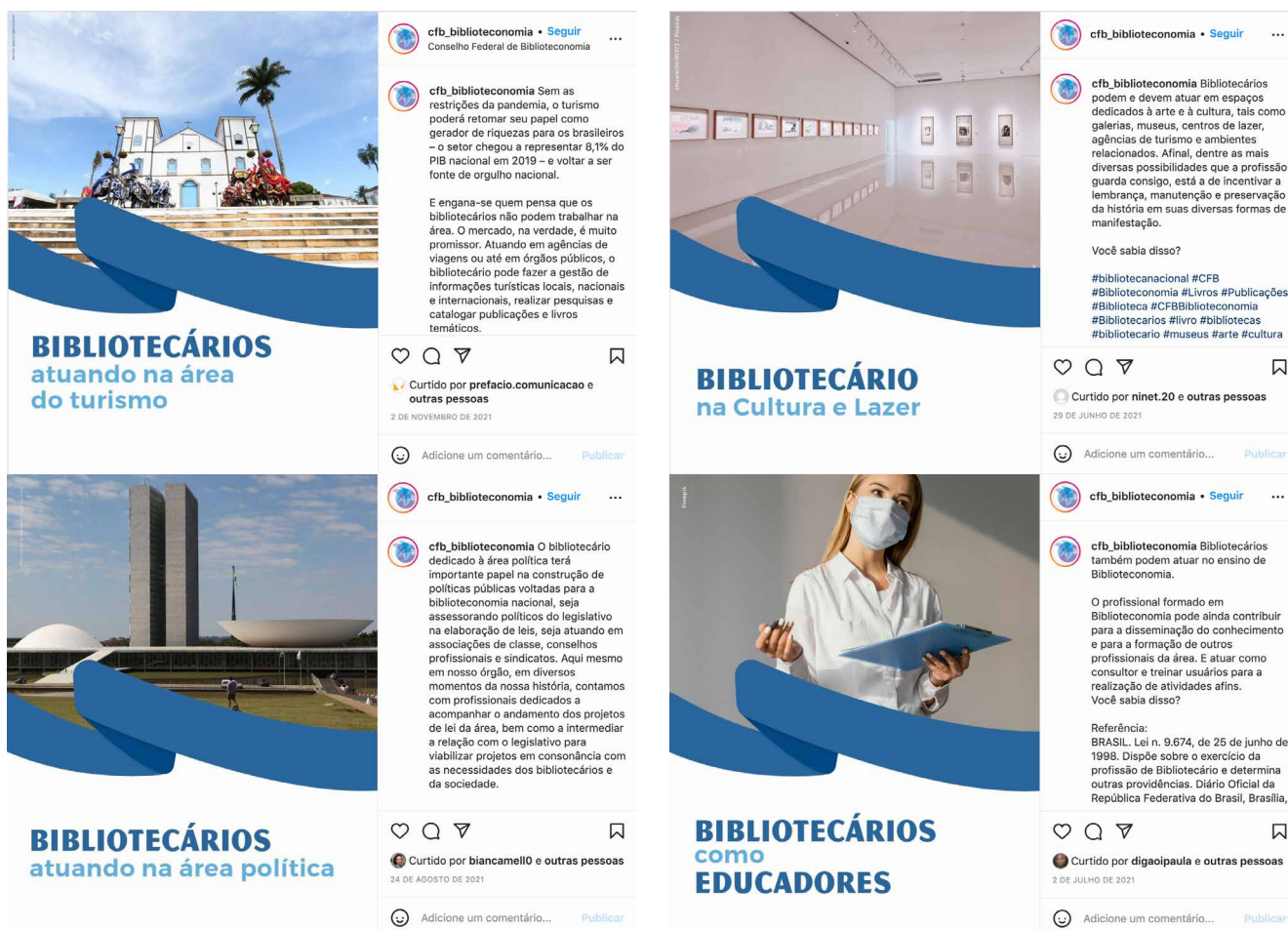
482
SEGUIDORES NO TWITTER

POSICIONAMENTO

As redes sociais se tornaram um importante canal de comunicação, dando maior visibilidade a informações também presentes no site do CFB. Foi nesse contexto que tanto as notas de posicionamento do órgão quanto as pautas relacionadas à Biblioteconomia foram grandes destaques nas redes sociais.



SÉRIE “BIBLIOTECÁRIOS EM DESTAQUE”



Com o objetivo de chamar atenção para as possibilidades de atuação dos bibliotecários, a série “Bibliotecários em Destaque” proporcionou reconhecimento do trabalho do bibliotecário, fora das bibliotecas tradicionais.

GRANDES NOMES DA BIBLIOTECONOMIA



A série “Grandes Nomes da Biblioteconomia” evidenciou bibliotecários que dedicaram suas vidas à área, contribuindo consideravelmente para evolução da Biblioteconomia e promovendo o reconhecimento dos feitos.

DESTAQUE NA IMPRENSA



A imprensa foi também acionada para dar visibilidade na discussão de temas de relevância social.

SITE

Durante a gestão, o site do CFB - cfb.org.br - foi referência para pesquisa de informações institucionais e da Biblioteconomia. Diante disso, a atualização desse canal, tornando-o mais intuitivo, responsivo e moderno, se mostrava também como uma evidente necessidade. Após aprovação da ação em plenário, foi realizado um prego eletrônico para contratação da empresa que desenvolveria o projeto, que já está no ar. À

nova CDV caberá a definição da linha editorial e a forma de manutenção do site.

Esses resultados foram alcançados pelo trabalho da equipe da CDV, integrada pelo coordenador Antônio Afonso Pereira Júnior e por Dalgisa Andrade Oliveira, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque e Ailton Moreira da Rocha. Conjuntamente com as agências de comunicação contratadas, foram pensados conteúdos em atendimento aos interesses dos bibliotecários e da Biblioteconomia.

“Foi fantástico trabalhar de forma coletiva. Em um colegiado existem diferenças de opiniões, mas isso atua de forma unívoca em prol da sociedade”, declarou o coordenador da CDV definindo a experiência de trabalhar coletivamente como agregadora e única.

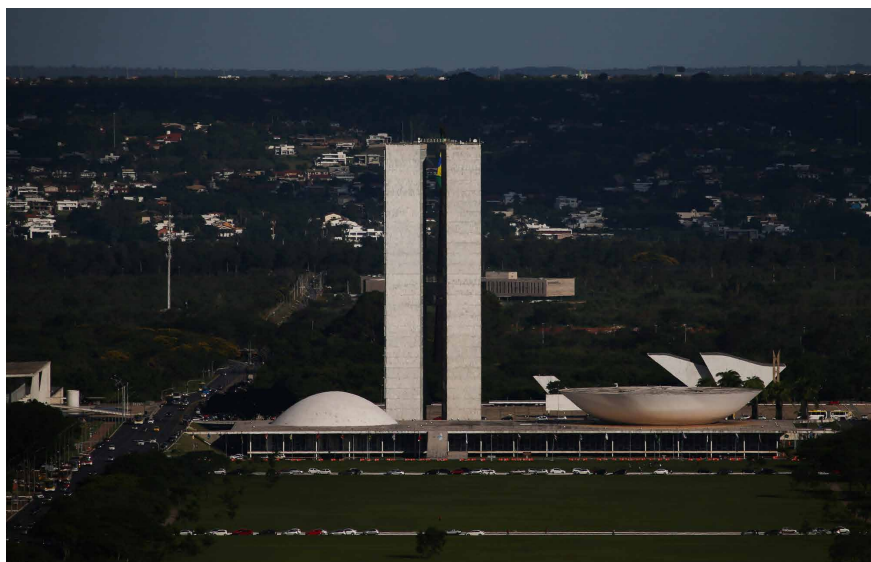
Antônio Afonso também fez questão de enviar uma mensagem para os integrantes da próxima Comissão de Divulgação Valorização Profissional e foi sucinto. “O objetivo de um conselho profissional é o bem da sociedade, simples assim!”, ponderou o coordenador.

CONFIRA A ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

GRUPO DE TRABALHO PARLAMENTAR

Criado por meio da Portaria 18ª CFB nº 002/2020, o Grupo de Trabalho Parlamentar tinha como objetivo acompanhar os interesses do CFB no Congresso Nacional, sendo um importante meio de interlocução com deputados e senadores. Seus membros, Cristian Brayner, Dalgiza Andrade Oliveira, Eliane Moro e Cintia Mara Machado Ferreira da Costa, estiveram dedicados a três principais metas: mapear todas as proposições legislativas do Congresso Nacional potencialmente pertinentes ao CFB; discutir com a diretoria e as comissões, à luz dos relatórios gerados na meta anterior, estratégias destinadas a fomentar a interlocução com parlamentares e o protagonismo do CFB e da Biblioteconomia; e assessorar o presidente da autarquia em visitas ao Poder Legislativo Federal.

Referente à primeira meta, foi produzido – e compartilhado com os conselheiros do CFB – um relatório contendo todas as espécies normativas, divididas em quatro grandes áreas: livro, leitura, literatura e bibliotecas. “Apesar das circunstâncias desfavoráveis – a limitação de acesso às dependências do Congresso Nacional, entre em março de 2020 e o segundo semestre de 2021, e pauta legislativa drasticamente reduzida –, conseguimos mapear as proposições em tramitação, manter



GT Parlamentar busca interlocução com legislativo

um diálogo estreito com o presidente do CFB e com os outros membros do CFB sobre as proposições pertinentes”, detalhou o coordenador do GT, Cristian Brayner.

Em outra frente, Cristian Brayner e Dalgiza Andrade Oliveira acompanharam o presidente do CFB em reuniões junto à presidente da Comissão dos Direitos de Pessoas com Deficiência, a deputada Rejane Dias. O resultado foi a realização de uma audiência pública, no dia 7 de dezembro, na Câmara dos Deputados, para debater as políticas públicas destinadas a tornar as bibliotecas mais acessíveis. “É fundamental que a próxima gestão continue a acompanhar a tramitação das proposições que versam sobre temáticas prioritárias para o CFB, e produza relatórios a esse respeito,

garantindo que a Diretoria, as Comissões e o Plenário tomem decisões acertadas.”

Ainda para Brayner, os próximos a assumirem a tarefa de interlocução junto ao Legislativo precisam fugir de sofismas políticos e colocar em primeiro lugar o direito dos brasileiros e brasileiras, que é o de ter acesso a bibliotecas de qualidade. “Sem ignorar os desafios enormes que enfrentamos, podemos afirmar, com segurança: a semeadura foi profícua. Basta contemplar os frutos: criamos ferramentas de análise dos dados normativos e propositivos e firmamos um vínculo significativo com certos atores políticos. Essas ações devem ser aprofundadas pelos colegas da 19ª gestão. Portanto, é com alegria que encerramos o nosso trabalho”, finalizou.



Alessandra Atti é coordenadora do GT de Implantação do Sistema de Informação Eletrônica (SEI)

GRUPO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO ELETRÔNICA

Este Grupo atuou para a implantação do Sistema de Informação Eletrônica (SEI), criado em 2009 e desenvolvido por servidores da Justiça Federal da 4ª Região para gerir os processos administrativos eletronicamente. Por meio dele, é possível tramitar expedientes, além de criar, editar, assinar e armazenar os trabalhos em ambiente virtual, já sendo utilizado por mais de 400 órgãos públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de associações e entidades em todo o país.

Coordenado pela Conselheira Federal Alessandra Atti,

o grupo especial foi criado em dezembro de 2019 e, ao longo de 2020, centrou esforços para quantificar todo o volume de documentos e processos gerados pelos regionais e estabelecer os requisitos necessários para o armazenamento e tráfego de dados na nuvem.

Em 2021, com o início das novas gestões nos conselhos regionais, o GT foi reconfigurado. Sob a mesma coordenação, passaram a fazer parte do grupo conselheiros regionais Joana D'Arc de Lima; Waney Alves Reis Medeiros; Marciana Leite Ribeiro; Guilherme Luiz Cintra Neves; Grazieli Demoliner; Roosevelt Lins Silv; e Raffaella Dayane Afonso. Houve mais investimentos, como a contratação de um consultor e

a contratação da solução em nuvem Serpro MultiCloud.

Paralelamente, foi solicitado ao TRF-4 a cessão do direito de uso do SEI, que é realizada com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica. Trata-se de uma etapa que independe do CFB, que, agora, aguarda esse processo. Enquanto isso, o GT empreendeu esforços no levantamento e padronização das tipologias documentais existentes no Sistema CFB/CRB para estabelecer padrões e modelos de documentos, e, dessa forma, favorecer a organização da informação, dos documentos e processos que serão gerados e tramitados no SEI. A previsão de conclusão do projeto em desenvolvimento é de 12 meses, com continuidade pela nova diretoria.



Esforços foram direcionados para quantificar todo o volume de documentos e processos gerados pelos CRBs."

GRUPO DE TRABALHO SOBRE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Estabelecer parâmetros para a estruturação e funcionamento das bibliotecas universitárias é o objetivo do Grupo de Trabalho sobre Bibliotecas Universitárias (GT-BU), criado pela Portaria CFB nº 008/2020. Em dois anos, realizou 15 reuniões, presenciais e virtuais. Como resultado, o grupo enviou uma proposta de Minuta de Resolução para o CFB sobre os parâmetros de estruturação e funcionamento desses equipamentos. Após a avaliação e contribuições dos conselhos regionais – nesta etapa, foram três reuniões –, o texto foi aprovado, por unanimidade,

no dia 5 de novembro de 2021, e já se encontra disponível no site do CFB. [Acesse](#).

O maior desafio, segundo a coordenadora Patrícia Fernandes, foi estabelecer os limites de atuação dos conselhos profissionais. Para ela, desenvolver os trabalhos remotamente durante a pandemia foi uma experiência válida, que forçou todos os bibliotecários a saírem do convencional e utilizarem as plataformas de videoconferência com maior regularidade. “O ensino é a certeza de se tratar de uma possibilidade irreversível e bastante necessária, talvez não exclusiva, mas que se manterá em nosso cotidiano, principalmente considerando a composição do grupo”, ponderou.

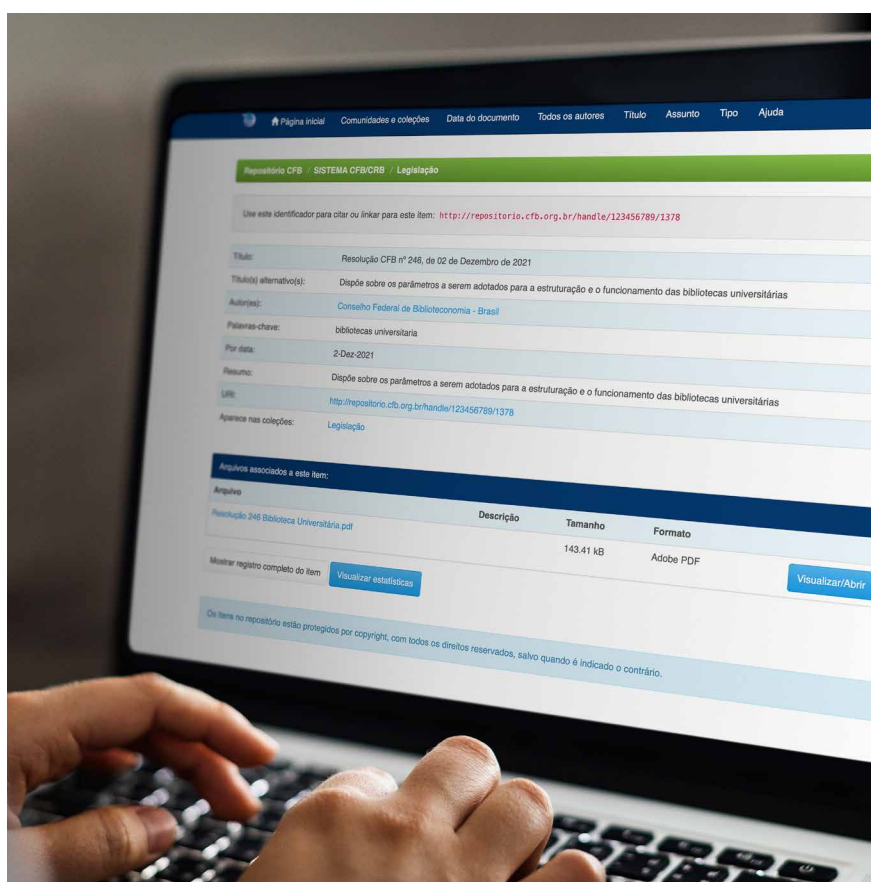
No caso do GT-BU, por exemplo, os integrantes eram de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Minas Gerais e Bahia.

“Caso haja continuidade do trabalho, a mensagem para os integrantes é que se dediquem às propostas, pesquisem as normativas e a literatura que trata do assunto, sempre com o foco no melhor pela sociedade e pela profissão”, sugere a coordenadora à 19ª Gestão.

O GT-BU conta também com a participação de Anna Karla Moraes Maia; Bárbara Alessandra Ribeiro de Miranda Lima; Cássio José de Paula; Joana D’Arc Lima; Leila Rabello de Oliveira; e dos conselheiros federais Antônio Pereira Filho e Iole Costa Terso.



*O maior desafio
foi estabelecer
os limites de
atuação dos
conselhos
profissionais.”*



GT Bibliotecas Universitárias contribuiu com a elaboração do texto da resolução nº 246, de 2 de dezembro de 2021

GRUPO DE TRABALHO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO - DOCUMENTAL

Atendendo à determinação da Portaria nº 009/2021 do CFB, o Grupo de Trabalho Patrimônio Bibliográfico-Documental foi constituído para discutir e apresentar um diagnóstico da situação em prol da defesa do patrimônio bibliográfico público nacional, em esfera federal. Foi integrado por: Maria das Mercês Apóstolo, Ana Cláudia Martins, Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro, Antônio Afonso Pereira Junior,

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, Márcia Carvalho Rodrigues, Raphael da Silva Cavalcanti e Raphael Diego Greenhalgh.

Durante 60 dias, coube ao GT definir a situação-problema potencialmente prejudicial ao patrimônio bibliográfico nacional; identificar necessidades para o alcance de solução para cada situação indicada; e propor recomendações para a defesa do patrimônio. “Com o prazo curto, foram avaliadas informações difundidas na mídia em fontes confiáveis e verificadas como verdadeiras, além de pesquisas anteriores

referentes ou afins à situação que motivou a criação do GT, empreendidas por seus próprios membros”, detalhou a coordenadora do GT, Maria das Mercês Apóstolo.

O GT acolheu quatro abordagens para diagnóstico da situação, indicadas na Portaria do CFB e, após seis reuniões on-line e um trabalho colaborativo, elaborou um relatório com recomendações para condução do problema. Primeiramente, o documento será encaminhado à próxima gestão para avaliação e devidos encaminhamentos. Confira a proposta:

1) Formalização de uma política nacional de acervos bibliográficos em instituições públicas, que contemple um Plano Nacional para o Patrimônio Bibliográfico, através de documento jurídico, definindo, por exemplo: as condições de guarda e de migração, a manutenção da uniformidade da coleção, sua compartimentação no mesmo órgão, ou sua repartição entre diferentes órgãos; inspeção periódica dos acervos migrados por instituição técnica competente e emissão regular de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros; o pleno cumprimento e fiscalização das leis e outros dispositivos legais de proteção ao patrimônio bibliográfico (sugestão: sob a orientação do Ministério Público Federal - MPF).

2) Definição da competência para decisões sobre os destinos e as condições de migração, processamento (recursos) e guarda das coleções a serem preservadas (sugestão: MPF).

3) Mapeamento contínuo da migração de acervos bibliográficos, através do portal do CFB, por meio de informações captadas por pesquisa e/ou cedidas – o GT acolheu, neste caso, o modelo de formulário proposto pelo Bibliotecário Raphael da Silva Cavalcanti, CRB-1/2435, para levantamento de bibliotecas extintas e acervos descartados.

4) Emissão de carta-denúncia, pelo CFB, à instituição de representação da Biblioteconomia mundial sobre o desmonte de bibliotecas – assim que verificado.

5) Inventário topográfico de acervos bibliográficos, pelas instituições guardiãs, e consequente formalização dos livros de tombo gerados junto ao IPHAN, como complementos do Livro Nº 2, indicado no Art. 4º do Decreto-Lei Nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

6) Divulgação dos inventários realizados e resultados obtidos, pelas instituições guardiãs, através de publicações oficiais.

7) Estímulo à produção de trabalhos de conclusão de cursos, monografias, dissertações, teses e outras formas de registros de informação, junto às Escolas de Biblioteconomia, sobre migração e extinção de bibliotecas, assim como de bibliotecas em situação de risco.

8) Inclusão dos conteúdos sobre patrimônio bibliográfico e documental brasileiro como (ou em) disciplina obrigatória nos cursos de Biblioteconomia.

9) Formalização, no código de ética do Bibliotecário, dos parâmetros atitudinais do profissional e de apoio técnico perante o desfazimento de bibliotecas e outras ações, por ele testemunhadas, que envolvam perda ou risco de perda do patrimônio bibliográfico e documental.

10) Instituição do Comitê permanente sobre “Diagnóstico da situação em prol da defesa do patrimônio bibliográfico nacional”, como parte das atividades regulares do CFB, com competência para sugerir a formação de GTs técnicos (inventários, catalogação, desenvolvimento de coleções, classificação etc.) que proponham soluções para as situações-problema diagnosticadas.

11) Fomento à criação de um organismo gestor que centralize decisões técnicas e padrões voltados para a organização, gestão e desenvolvimento de bibliotecas (similar à atuação do IBRAM).

12) Estímulo à conscientização da população para a importância do patrimônio cultural, principalmente o patrimônio bibliográfico.

DESINFORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO PARA COMBATER AS FAKE NEWS

Antônio Afonso (CRB-6/2637)

Coordenador da Comissão de Divulgação e Valorização Profissional

É fato, e não boato, que as notícias falsas existiam muito antes de chegarmos ao atual e avançado modelo de acesso midiático – quase em tempo real – das informações e notícias. Contudo, a velocidade de transmissão das informações, principalmente nas redes sociais, resulta na veiculação de uma quantidade exponencial de notícias falsas, colocando em risco a credibilidade dos espaços digitais e das informações que nelas circulam. Segundo o Dicionário de Cambridge (2018), o conceito *fake news* indica histórias falsas que, ao manterem a aparência de notícias jornalísticas, são disseminadas pela Internet (ou por outras mídias).

Se fosse apenas um movimento natural resultante da propensão humana em se guiar por boatos, esse fenômeno ainda seria prejudicial, mas mais fácil de combater. O problema se amplia pelas redes sociais serem um modelo de negócio rentável, propício à mercantilização das *fake news*. Por sua vez, a crise nas instituições (imprensa, poder público) e a falta de liderança corroboraram para o fenômeno das notícias falsas.

Nesse contexto, a massificação de postagens automatizadas por robôs – obviamente articuladas por agentes dotados de interesses escusos – tenta amordçar a discussão crítica de temas relevantes para sociedade, como política e saúde pública. Normalmente essas campanhas são criadas para influenciar opiniões sobre assuntos relevantes para população, como a saúde, a exemplo das mentiras sobre a vacinação; e eleições, como ocorreu na vitória de Donald Trump e no Brexit, que permitiu a saída do Reino Unido da União Europeia.

Assim, a criação e a disseminação de notícias falsas têm capacidade potencial de comprometer o Estado Democrático de Direito em sua essência: a emanção do poder pelo povo, no exercício da escolha de seus representantes políticos, que consiste em Cláusula Constitucional Pétrea (parágrafo único do artigo 1.º, da Constituição Federal de 1988). São, por isso, motivo de preocupação, em todo o planeta por atenderem a objetivos escusos e questionáveis.

O contexto da Era Digital fez, inclusive, o termo ‘pós-verdade’ (*post-truth*) se tornar a palavra do ano em 2016, ajudando a compreender o risco do crescimento e do avanço das *fake news* ao conceituar a perda de importância da ideia de verdade perante a sociedade e em meio ao debate público. O filósofo Zigmunt Bauman dizia: “a distinção entre a liberdade subjetiva e objetiva abriu uma genuína caixa de pandora”.

Nesse sentido, as *fake news* extrapolam o universo da opinião pessoal, ao versarem com a tentativa de desacreditar fatos reais já estabelecidos como “a Terra tem forma arredondada” e “vacinas são formas de prevenir doenças”, ferindo as noções de realidade e estabelecendo o caos.

É imperativo que o combate à desinformação seja um dever social de todos. A checagem de notícias é algo fundamental na atualidade. Para descobrir se o conteúdo que você recebe por meio do Facebook, Twitter ou WhatsApp é verdadeiro, e não uma mentira sobre a pandemia da COVID-19, existem vários sites de checagem: Agência Lupa, Aos Fatos, Fato ou Fake, instituições públicas como Fiocruz, a Biblioteca

Digital do Senado Federal e a própria Organização Mundial de Saúde – OMS.

O bibliotecário, chamado de guardião do conhecimento no passado, assume na atualidade o papel de verificador da autenticidade dos conteúdos. A própria International Federation of Library Associations (IFLA) demonstrou preocupação com o risco crescente do compartilhamento de notícias falsas na internet ao desenvolver com linguagem simples um infográfico para detectar as *fake news* e evitar a desinformação.

A produção teve grande sucesso, foi traduzida para 37 idiomas e apresentada em inúmeros boletins informativos, bibliografia de cursos de

Jornalismo e Biblioteconomia. Assume-se assim que a educação digital é uma das ferramentas viáveis no combate a desinformação.

Trata-se de um novo nicho de mercado para bibliotecários, pois são os arquitetos dos repositórios de informação científica, jurídica, literária, cultural e educacional. A partir deste momento, tornam-se grandes filtros da qualidade da informação, atuando na educação digital para o combate da desinformação, garantindo a liberdade de expressão e pensamento no Estado Democrático de Direito brasileiro, priorizando os fatos e não os pontos de vistas mal-intencionados de alguns grupos e pessoas. Devemos assumir a postura combativa.

COMO IDENTIFICAR NOTÍCIAS FALSAS



CONSIDERE A FONTE

CLIQUE FORA DA MATÉRIA PARA INVESTIGAR O SITE, SUA MISSÃO E CONTATO



É PRECONCEITO?

AVALIE SE SEUS VALORES PRÓPRIOS E CRENÇAS PODEM AFETAR O SEU JULGAMENTO



ISSO É UMA PIADA

CASO SEJA MUITO ESTRANHO, PODE SER UMA SÁTIRA. PESQUISE SOBRE O SITE E O AUTOR



VERIFIQUE O AUTOR

FAÇA UMA BREVE PESQUISA SOBRE O AUTOR. ELE É CONFIÁVEL? ELE EXISTE MESMO?



LEIA MAIS

TÍTULOS CHAMAM A ATENÇÃO PARA OBTER CLIQUES. QUAL A HISTÓRIA COMPLETA?



CONSULTE ESPECIALISTAS

PERGUNTE A UM BIBLIOTECÁRIO OU CONSULTE UM SITE DE VERIFICAÇÃO GRATUITO



VERIFIQUE A DATA

REPOSTAR NOTÍCIAS ANTIGAS NÃO SIGNIFICA QUE SEJAM RELEVANTES ATUALMENTE



FONTES DE APOIO

CLIQUE NOS LINKS. VERIFIQUE SE A INFORMAÇÃO OFERECE APOIO À HISTÓRIA

Fonte: (IFLA, 2018a)



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

NAS MÍDIAS

Fique por dentro das informações e eventos do CFB:



@cfb_biblioteconomia



@conselhofederaldebiblioteconomia



@SistemaCFB



cfb.org.br